

Agora e depois

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Há um mistério por decifrar na intrigante reviravolta do Congresso, inesperadamente dividido em duas porções desiguais: de um lado, a maioria que se organizou do dia para a noite, passando de bando caótico a tropa disciplinada, que atende aos comandos do governo e garante o chorrilho de aprovações de emendas constitucionais sem tugar nem discutir, como se apertasse mecanicamente o botão da encomenda governista, no embalo da derrubada de todos os monopólios; de outro, a minoria encolhida ao seu tamanho nanico de uma centena de deputados, marcando presença na inútil resistência em confrontos perdidos por antecipação.

Mas, este Congresso não é o mesmo — com alguns nomes trocados no retoque do mesmíssimo perfil partidário e ideológico — que se negou a picotar a Constituição, na revisão pelo facilitário de 93-94, com quórum de maioria absoluta e em votação conjunta das duas Casas do Congresso?

Então, o que é que mudou? O ministro da Justiça, Nelson Jobim, ensaia a interpretação sofisticada, atribuindo à catarse dos debates na revisão malograda, a transformação do ânimo e da cuca dos parlamentares. Dois anos atrás, nos ziguezagues do governo do atual embaixador Itamar Franco, o Congresso renegou a reforma com os olhos no passado. Liberto dos fantasmas, o atual guiou-se farejando o futuro.

Hum... Quando o ministro da Justiça e um dos líderes da revisão malograda apela para justificação com tão hermética carga de sofisticação, é porque o enigma permanece embrulhado em intocada obscuridade.

Certamente que as chaves da política interna ajudam um pouco a furar o balão secreto. Há dois, três anos, vice alçado à presidência por artes do despejo do titular, sem pretensões a liderança e em fim de mandato, largou a revisão às traças. Tentou, com as hesitações do seu temperamento, influir para a aprovação de algumas emendas de interesse imediato do alívio das aperturas do orçamento federal. Aos primeiros sinais de resistência, retirou-se, amuado, e passou a batata quente aos seus líderes parlamentares.

Agora, estamos assistindo a mutirão comandado por mão de ferro, com singular obstinação e imprevisível e determinada ousadia. Eleito com cerca de 35 milhões de votos no primeiro turno, desfraldando programa — como sempre, pouco lido e debatido no clima passionai da campanha — e que hoje respalda a linha de coerência que identifica os compromissos do candidato com as propostas do presidente.

Mas, ainda não se explica tudo. Nem mesmo a face devassável da camaleônica mutação do Congresso, com a conversão em massa à modernidade e a tudo que se impinge em seu nome.

O que está à vista é que o governo e a maioria reconheceram-se como parceiros das mesmas convicções ideológicas. Agrados, paparicos, promessas de atendimento à reivindicações taticamente adiadas para manter esticada a corda da expectativa, explicam um pouco mais a acrobática cambalhota do Legislativo.

Fernando Henrique não tem queixas nem desculpas. O Congresso vota no escuro e aprova tudo que o governo quer. Surpresas, até aqui, só a favor. Como no

carrousel do comparecimento recordista, batendo recordes de quórum. Na aprovação em primeiro turno da emenda que derruba o monopólio inflexível do petróleo, compareceram, com um olho no governo e outro na grana do jeton, 508 dos 513 deputados. Votaram 505: 364 a favor, 141 contra, com pequeno inchaço da oposição com os esparsos dissidentes governistas. Um resultado que justifica as comemorações oficiais. Afinal, foram 56 votos acima dos três quintos — 308 — exigidos para aprovação de emenda à Constituição.

Com tal maioria, enquanto ela se mantiver fiel e compacta, com unidade cimentada pela identificação ideológica e o cuidadoso acerto de interesses, o governo não encontrará dificuldades em concluir a mexida constitucional e em complementá-las com a regulamentação recortada pelo mesmo figurino.

O governo está com tudo e estourando em prosa. Depois que a Câmara concluir a faxina, bisando as votações que ainda constam do seu dever de casa, o Sena-



do fará sua parte. Com duplicada facilidade. Dos 81 senadores, apenas uma magra dezena entoa o refrão oposicionista.

A fatura está liquidada. Não resta mais do que cumprir os ritos das quatro votações, repetindo resultados com as diferenças que enfeitam as interpretações.

Na mesma toada, o presidente Fernando Henrique concluirá os remendos, passando ao segundo tempo das leis complementares. Possivelmente esbarrando em alguns pedregulhos no caminho, quando a miudeza baixar aos interesses eleitorais ao tocar nos domínios dos estados e municípios.

O que ficou para depois, na esperta avaliação de dificuldades, não chega a assustar governo com tão soberba vantagem e esplendorosa capacidade de manobra. Em todo caso, para a reforma tributária, da Previdência Social e da administração, a negociação será forçosamente mais dispendiosa e complicada. Nada, todavia, que não se resolva com a aplicação presidencial na cooptação dos resistentes e novas listas de exigências decorando páginas do Diário Oficial.

A escuridão se adensa quando se tenta enxergar um pouco além. E depois do festival de emendas, de privatização e do enterro dos monopólios, o que o governo pretende servir ao distinto público? A medalha tem seu reverso. Atendido até o último pedido, soará a hora de mostrar resultados. Com a mesma urgência milagreira do toque mágico que virou o Congresso de cabeça para baixo. Pois o povo acredita, confia e cultiva esperanças, mas também tem pressa. E, convenhamos, já esperou demais.